

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 08 de agosto de 2023 às 07h54*  
*Seleção de Notícias*

## Folha de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

**Queda de braço entre Globo, artistas e Janja pode decidir PL das Fake News** ..... 4  
POLÍTICA

## Correio Braziliense | BR

Pirataria

**Aumento de imposto favorece o contrabando** ..... 7  
ESPECIAL - INFORME

## G1 - Globo | BR

Marco regulatório | INPI

**Drex sorocabana? Dono de loja com mesmo nome da nova moeda digital do Brasil acredita em 'alavanca' nas pesquisas sobre a empresa** ..... 10  
SP | GABRIELA ALMEIDA

## O Globo Online | BR

07 de agosto de 2023 | Direitos Autorais

**Câmara avalia votar nesta semana projeto que prevê remuneração de conteúdo jornalístico** .... 12  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | GABRIEL SABOIA

## UOL Notícias | BR

07 de agosto de 2023 | Direitos Autorais

**Compositor busca justiça em ação de direitos autorais contra Gustavo Lima e Cristiano Araújo** 13  
SPLASH

## Agência Senado | BR

07 de agosto de 2023 | Direitos Autorais

**Projeto das fake news é avanço no combate à desinformação, dizem debatedores** ..... 14  
NOTÍCIAS

## Agência Câmara | BR

07 de agosto de 2023 | Direitos Autorais

**Relator do PL das Fake News diz que órgão fiscalizador será definido por negociação entre líderes partidários - Notícias** ..... 17  
NOTÍCIAS | FAVOR

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

07 de agosto de 2023 | Arbitragem e Mediação

**Tribunal de Justiça do Rio inaugura hoje a primeira Escola de Mediação de Conflitos do país** .. 20  
BLOGS | ANA CLÁUDIA GUIMARÃES

## Convergência Digital | BR

07 de agosto de 2023 | Pirataria

**Anatel apreendeu 1,4 milhão de TV boxes e bloqueou 743 endereços piratas . . . . . 21**  
CONVERGENCIADIGITAL

## Migalhas | BR

07 de agosto de 2023 | Direitos Autorais | Direito de Imagem

**MIGALHAS nº 5.659 . . . . . 22**  
AMANHECIDAS

# Queda de braço entre Globo, artistas e Janja pode decidir PL das Fake News

## POLÍTICA

Presidente da Câmara tenta costurar consenso sobre remuneração antes de pautar votação

Patrícia Campos Mello

São Paulo Uma queda de braço que envolve a Globo, artistas e a primeira-dama, Janja, vai decidir o futuro do PL das Fake News e da remuneração do jornalismo pelas bigtechs.

A Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) se opõe ao projeto de lei 2370, de autoria da deputada Jandira Feghali (PC do B- RJ), que obrigaria emissoras e plataformas de streaming a novos pagamentos de **direitos** autorais para cantores, atores e obras de audiovisual.

No mesmo projeto, está prevista a remuneração de conteúdo jornalístico pelas big techs, uma demanda dos principais veículos de comunicação, entre eles a Globo e a Folha.

Mas, na visão das emissoras, a receita a ser gerada com a remuneração de jornalismo pelas big techs é muito menor do que os gastos que serão criados pelo PL 2370, que vai estender **direitos** autorais a contratos de obras já realizadas e veiculadas nas platafor

mas. YouTube e Netflix também são contra.

Um grupo de artistas liderado pela produtora Paula Lavigne, com apoio de Janja, é um dos principais defensores dos **direitos** autorais e irá ao Congresso nesta terça-feira (8) para um corpo a corpo de atores e cantores famosos com parlamentares, e depois a um jantar. Entre eles, estão os cantores Marisa Monte, Xande de Pilares, Roberto Frejat e as atrizes Heloisa Périssé, Maria Flore Dira Paes.

O grupo pede que criadores de materiais musicais,

audiovisuais e jornalísticos sejam remunerados quando o conteúdo circular na **internet**. Marcos Souza, secretário de **direitos** autorais do Ministério da Cultura, ajudou a redigir o texto em negociação.

Uma das implicações do projeto é que obras antigas (por exemplo, a novela "Escrava Isaura") teriam uma remuneração compensatória de **direitos** autorais quando fossem veiculados na **internet** uma vez que, na época, isso

não estava previsto em contratos. Também querem melhorar os pagamentos a intérpretes e autores que têm suas obras reproduzidas em plataformas de streaming.

O relator do PL2370, deputado Elmar Nascimento (BA), líder da União Brasil, é sensível às demandas dos artistas e gostaria de votar o projeto nesta quarta-feira (9), mesmo sem um acordo.

Mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer acordo entre os artistas e a bancada da radiodifusão antes de pautar o PL e tenta costurar um consenso. Ele tinha uma reunião marcada para a noite desta segunda (7) com representantes desse grupo de deputados, de emissoras e da Abert, e outra com os artistas prevista para terça (8).

A remuneração do jornalismo fazia parte do PL2630, das Fake News, e foi incorporada ao texto de Jandira Feghali. O texto do projeto de lei estabelece que as empresas jornalísticas negociarão diretamente com as big techs o pagamen

to pelo conteúdo e, caso não cheguem a um acordo, haverá **arbitragem**.

Entidades setoriais como Abert, Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas) e ANJ (As-

Continuação: Queda de braço entre Globo, artistas e Janja pode decidir PL das Fake News

sociação Nacional de Jornais), que representam os principais veículos de mídia, defendem que haja a remuneração.

Leis prevendo pagamento de conteúdo jornalístico pelo Google e pela Meta têm se espalhado pelo mundo.

Empresas jornalísticas faturaram US\$ 200 milhões na Austrália com o código de barganha para veículos de comunicação, implementado em 2021, e podem receber US\$ 245 milhões por ano com a versão da lei em tramitação no Canadá, segundo estimativa do Parlamento do país.

O Ministério da Cultura defende os **direitos** autorais previstos no PL 2370, mas outras alas do governo Lula temem que a aprovação do texto no formato atual, que desagrada as grandes emissoras, possa atrapalhar o andamento do

PL das Fake News.

A preocupação é que a bancada da radiodifusão perca o empenho na aprovação desse outro projeto mais amplo, que é prioridade de Lula para responsabilização das big techs por desinformação.

Câmara tenta retomar PL de **direitos** autorais e pagamentos à mídia

João Gabriel e Ricardo Delia Coletta

Brasília A Câmara dos Deputados se prepara para fazer nesta semana mais uma tentativa de votar dispositivos que integravam o PL (projeto de lei) das Fake News.

De acordo com líderes, os deputados já analisaram um texto sobre o pagamento a artistas por obras veiculadas na **internet** e a remuneração de conteúdo jornalístico nas redes.

Esses itens estavam no PL das Fake News e agora são

tratados numa proposta relatada pelo líder da União Brasil, Elmar Nascimento (BA). A autoria é da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ).

A definição final sobre se o texto será ou não votado ainda depende de reuniões no início da semana e da apresentação, por Elmar, de novo relatório.

O texto até o momento em discussão atende a uma demanda da classe artística. Atualmente, o pagamento por **direitos** autorais reproduzidos nas plataformas acontece sem uma legislação clara.

Em meio às discussões, músicos, atores e roteiristas organizaram um movimento de defesa do pagamento de **direitos** autorais pelas obras que circulam na **internet**.

Considerada impopular, a discussão estava no PL das Fake News, mas deputados acharam melhor transferir o assunto para um novo projeto.

"A retirada dos **direitos** autorais do PL das Fake News aconteceu em função das dificuldades apresentadas naquele momento de aprovar o projeto. Apesar disso, havia uma demanda muito aguda dos artistas e dos autores de verem a sua remuneração ocorrer, principalmente no ambiente digital" afirmou recentemente Feghali, relatora do tema.

A Associação Brasileira de Autores Roteiristas, a Abra, tem defendido um modelo de gestão coletiva, como já acontece no caso da música, com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, o Ecad, em que os roteiristas poderiam ganhar percentuais pelas exibições, mas isso tem sido vetado nos contratos com as plataformas.

Apesar de ser visto como uma prioridade da classe artística, o pagamento de **direitos** autorais é considerado um tema indigesto para os gigantes da tecnologia, como Google e Meta - dona do Facebook e do Instagram.

Continuação: Queda de braço entre Globo, artistas e Janja pode decidir PL das Fake News

O projeto relatado por Elmar é um desmembramento do PL das Fake News, que perdeu tração na Câmara após uma intensa campanha contra liderada pelas grandes plataformas digitais.

Entre outros pontos, o PL das Fake News traz uma série de obrigações aos provedores de redes sociais e aplicativos de mensagem, como a moderação de conteúdo, o dever de vetar contas inautênticas e de produzir relatórios periódicos de transparência, com previsão de punição em caso de descumprimento.

A avaliação de deputados é que ainda não há clima na Casa para a retomada do projeto principal. Em recente entrevista ao programa Itoda Viva, da TV-Cultura, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), disse que foi até onde pode no tema do PL das Fake News, mas que houve pressão abusiva das big techs.

# Aumento de imposto favorece o contrabando

ESPECIAL - INFORME

A reforma tributária é essencial ao país, mas é preciso avaliar os custos para os setores, diz o FNCP

**APRESENTADO POR:** O governo deve aproveitar as boas chances de aprovar a reforma tributária para tentar criar um ambiente de mais equilíbrio a determinados setores que, junto com o país, penam com a concorrência desleal do contrabando. Basta atentar para as perdas bilionárias. Em 2022, a estimativa chega a R\$ 410 bilhões. Trata-se do somatório de R\$ 280,8 bilhões em prejuízos registrados por 14 setores industriais subtraídos pela ilegalidade com R\$ 129,2 bilhões em impostos que deixaram de entrar nos cofres públicos.

O alerta é do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP), que chama a atenção da sociedade sobre alguns pontos relegados pelo debate em torno do novo modelo de tributação, aguardado há décadas. A verdade é que a ilegalidade impacta, severamente, a competitividade da indústria nacional, ceifa o emprego e a renda do trabalhador brasileiro, reduz a arrecadação e contribui para elevação de preços.

Obviamente, o governo quer e deve buscar soluções que ampliem a receita pública. E o desenho da reforma tributária em tramitação, agora no Senado, joga com a alternativa de implantar um modelo fiscal mais simples. Mas, nesse cenário, conhecer um pouco mais sobre os impactos das taxações nos diferentes setores produtivos é essencial.

"A reforma tributária é importante, mas nós temos de avaliar quanto vai custar para cada setor. É preciso que se tenha noção do impacto direto, porque precisamos estimular a competitividade da indústria brasileira, e não incentivar o contrabando", afirma Edson Vismona, presidente do FNCP.

**PREJUÍZOS DO CONTRABANDO** Segundo o FNCP, os prejuízos causados pelo mercado ilegal na

economia brasileira têm tido crescimento acelerado. Apesar dos levantamentos darem uma ideia do tamanho da ilegalidade, o problema pode ser ainda maior. A projeção dos impostos que não foram arrecadados, por exemplo, tem por base uma alíquota geral de 46%. Mas há produtos, como o cigarro, nos quais o imposto no Brasil pode chegar a 90%, dependendo da região.

O estudo do FNCP é feito desde 2014, baseado em dados dos próprios setores produtivos, que têm métricas próprias (pesquisas, avaliação de mercado). Os 14 segmentos contemplados são vestuário; cigarro; TV por assinatura; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; bebidas alcoólicas; combustíveis; audiovisual; defensivos agrícolas; celulares; perfumes importados; material esportivo; PCs e brinquedos.

Os números mostram que as perdas imputadas pelo contrabando no país saltaram de cerca de R\$ 100 bilhões, por volta de 2014, para a casa dos R\$ 410 bilhões no ano passado. O setor de vestuário é o mais impactado, com desvio ao redor de R\$ 84 bilhões um aumento de 40% em relação a 2021 (R\$ 60 bilhões).

Outros segmentos que aparecem no topo do des-caminho e contrabando são bebidas alcoólicas (R\$ 72,2 bilhões), combustíveis (R\$ 29 bilhões), cosméticos e higiene pessoal (R\$ 21 bilhões), defensivos agrícolas (R\$ 20,8 bilhões), TV por assinatura (R\$ 12,1 bilhões) e cigarros (R\$ 10,5 bilhões).

**SOBRETAXAÇÃO** "Ao deixar de pagar impostos, o ilegal fica mais barato, provocando uma concorrência corrosiva, com efeitos na retração de investimentos em áreas prioritárias, como educação e habitação, pelo governo", explica Vismona.

Outro ponto visto com certa preocupação é o Imposto Seletivo, previsto na reforma tributária. A definição de incidência do imposto ficará para um segundo momento, por meio de lei complementar. Espera-se que

Continuação: Aumento de imposto favorece o contrabando

o imposto seletivo não traga aumento da carga de impostos, conforme premissa adotada pelos autores da reforma e congressista. Esse é um ponto sempre reforçado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Um inesperado aumento de carga tributária para alguns setores, como o de cigarros, certamente implicará em redução da arrecadação por conta do aumento do mercado ilegal.

"Com certeza, vemos com muita inquietação a possibilidade de ter qualquer aumento de impostos, via criação do Imposto Seletivo. Se tivermos isto, vamos entregar de vez produtos como cigarros e bebidas para os contrabandistas, porque eles não pagam nada de imposto. O devedor contumaz nacional também será favorecido, e muito. É entregar o mercado brasileiro para o crime organizado, para o contrabandista, para as milícias, que são aqueles que operam no mercado ilegal", enfatiza Vismona.

**RECEITAS EM QUEDA** Especialistas apontam que, toda vez que o governo eleva a tributação sobre o cigarro, esperando ampliar a arrecadação, o mercado responde de forma inversa. É assim desde que o Executivo aumentou a carga tributária sobre o produto em 2012. Num primeiro momento, a Receita Federal recolheu mais. Logo em seguida, a indústria estabelecida de cigarros perdeu receitas, recolhendo menos impostos. Isso porque o consumidor de cigarros migrou para o mercado ilícito, que não é taxado e, por isso, mantém os preços mais baixos. A medida apenas fortaleceu um amplo mercado ilegal, que chegou a deter cerca de 57% de participação nas vendas totais, em 2019.

O imposto mais caro para cigarros, por exemplo, foi responsável pela queda de 1,39% ao ano no recolhimento e pelo aumento da participação do mercado ilícito do produto no país, que cresceu, em média, 8,79% ao ano. Os dados fazem parte de um estudo apresentado no artigo "Elasticidades no mercado brasileiro de cigarros", dos pesquisadores Mario Margarido, Pery Shikida e Daniel Komesu.

Apesar da maior incidência de tributos sobre os cigarros, que subiu 67% no período de janeiro de 2012 a setembro de 2021, a arrecadação registrou uma tendência de queda ano a ano a partir de 2014.

Para os especialistas, a queda é reflexo, principalmente, da política tributária que, em 2012, aumentou o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos cigarros. Paralelamente, a participação do comércio ilegal de cigarros no mercado brasileiro passou de 39% em 2015 para 57% em 2019 ano da menor arrecadação (R\$ 12,3 bilhões).

Ao todo, nos últimos 11 anos, R\$ 94,4 bilhões deixaram de ser arrecadados sobre o cigarro pela Receita Federal, em decorrência da ilegalidade. Cria-se o risco enorme de o consumidor ser afetado, porque a produção ilegal não atende às condições impostas pela **Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)**, por exemplo. Além de o desemprego nos vários segmentos que envolvem a indústria legal tornar-se uma ameaça real.

**PREÇOS E CONSUMO** No Brasil, a tributação sobre o produto é composta por diferentes impostos.

Além do IPI, incidem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

No Brasil, a carga tributária varia entre 70% e 90% do preço final do cigarro, dependendo da marca e do estado onde é vendido.

Para se ter uma ideia sobre a perda de arrecadação real (descontada a inflação) com cigarros pelo governo, em 2011, as receitas estavam em R\$ 8,4 bilhões. Subiram mais de 18%, para cerca de R\$ 10 bilhões, em 2014, após a correção para cima da tributação. Mas despencaram no período até 2022, a uma média de 1,39% ao ano, segundo o estudo do FNC-CP, fechando em R\$ 7,5 bilhões ano passado.



Continuação: Aumento de imposto favorece o contrabando

No mesmo período, a participação do cigarro ilegal no mercado nacional subiu cerca de 9% ao ano. Saiu de 20%, em 2009 para 41% em 2022, tendo o pior momento em 2019 com 57%.

"A lógica do mercado é a lógica econômica. Se elevar o preço, aumenta a competitividade do ilegal, porque esse não paga nada de imposto. Por isso, é necessário que haja um olhar mais técnico sobre o potencial de arrecadação de cada setor, onde muitas vezes o aumento de carga tributária resulta em queda de arrecadação devido ao crescimento do mercado ilegal", avalia Vismona.

O presidente do FNCP destaca ainda a necessidade de

frear esse mercado ilegal. E, segundo ele, o manejo dos impostos pode ser uma das estratégias.

"As organizações criminosas vão sempre analisar do ponto de vista do baixo risco e do alto lucro. Precisamos inverter isso: aumentar o risco do produto ilegal, diminuir o seu lucro para ampliar a competitividade do produto legal. Por isso, a reforma tributária é essencial. Qualquer aumento de tributo favorece o contrabandista, que vai ampliar ainda mais a sua participação no mercado brasileiro", assegura Edson Vismona

## Drex sorocabana? Dono de loja com mesmo nome da nova moeda digital do Brasil acredita em 'alavanca' nas pesquisas sobre a empresa

SP

1 de 2

Empresa de Sorocaba (SP) é do ramo de embalagens e existe desde 2012 - Foto: Arquivo pessoal

Uma empresa de embalagens, uma moeda digital brasileira e o mesmo nome. Uma é focada no ramo de embalagens no interior de São Paulo, já o outro é visto como uma "inovação" no mercado financeiro.

Embora a concepção para chegar ao nome "Drex" seja completamente diferente uma da outra, a semelhança é vista como um benefício para o empresário de Sorocaba (SP), dono da empresa que agora possui o mesmo nome que a nova moeda digital brasileira, definida pelo Banco Central nesta segunda-feira (7).

**PERGUNTAS E RESPOSTAS: ENTENDA O QUE É A NOVA MOEDA DIGITAL** Ao g1, Aníbal Figueiredo Gonçalves, de 64 anos, conta que soube da notícia pelas redes sociais, mas que não se surpreendeu ao descobrir o novo nome. "Eu não sabia que seria Drex porque não é um nome muito comum. A reação foi normal", conta.

Aníbal acredita que a novidade possa beneficiar a empresa sorocabana, já que a moeda digital é inédita no país. "Eu acho que vai alavancar um pouco o nome da empresa por causa dos sites de busca, onde vão buscar provavelmente o nome da criptomoeda, ou moeda digital. O nome Drex vai estar atrelado", projeta.

Criada em janeiro de 2012, o nome "Drex Embalagens" é um derivado de Distribuição e Representação de Embalagens. O "X" representa a

multiplicação dos negócios da empresa. Já o nome da moeda digital do país é uma abreviação da expressão digital real x.

Após anúncio, Drex vira meme nas redes sociais 2 de 2

Banco Central lança a marca da moeda digital, o Drex - Foto: Divulgação/BC

Para o empresário, a questão não deve causar confusão entre os clientes e quem buscar pelo nome na internet.

"Eu acho que não [vão confundir], porque existem outros segmentos que também têm o nome. Quanto a fazer alguma coisa a respeito, a gente nem pensou nisso ainda. Eu acho que não tem sentido. O nome da Drex é registrado **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), tanto o nome quanto a logo, e a gente não se preocupa muito de ter alguma ocorrência de excluir o nome do mercado", finaliza.

Primo do PIX O nome da nova moeda digital oficial do país foi definido nesta segunda-feira (7) e divulgado pela jornalista Andréia Sadi. O nome do primo do Pix, como é chamado dentro da instituição, é uma abreviação da expressão digital real x.

A expectativa é que, até o fim de 2024, o Drex esteja liberado para o público.

Segundo o BC, a moeda digital poderá ser trocada por papel-moeda e vice-versa, e o acesso a ela será feito por meio de carteiras virtuais em bancos e outras

Continuação: Drex sorocabana? Dono de loja com mesmo nome da nova moeda digital do Brasil acredita em 'alavanca' nas pesquisas sobre a empresa

instituições financeiras.

Diferença entre Drex e criptomoedas As criptomoedas funcionam como ações na Bolsa de Valores, onde investidores colocam dinheiro à procura de rentabilidade. Já o Drex não terá variação no preço, pois será apenas uma representação virtual da moeda física brasileira.

Além disso, as criptos apresentam variação de preço a depender da oferta e da demanda. Por exemplo, o valor do bitcoin, uma das moedas virtuais mais populares, caiu quase 4% nos últimos 30 dias. Já o preço

do real não tem variação - ou seja, R\$ 5 em papel-moeda vão equivaler a 5 drex.

Vale destacar que, segundo o Banco Central, o real digital funcionará em blockchain, sistema usado pelas criptomoedas. E, principalmente, não se trata de uma criptomoeda, porque será garantida pelo governo.

Veja mais notícias da região no g1 Sorocaba e Jundiaí

VÍDEOS: assista às reportagens da TV TEM

## Câmara avalia votar nesta semana projeto que prevê remuneração de conteúdo jornalístico

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Líderanças da Câmara avaliam votar, nesta semana, o Projeto de Lei 2730/2019, que prevê a criação de regras para a remuneração do conteúdo jornalístico nas redes e de artistas pela veiculação dos seus trabalhos no ambiente digital. Originalmente, os textos integravam o PL das Fakenews, mas por ser um texto mais amplo e que tem como foco regular as redes sociais para impedir a disseminação de desinformação e a prática de crimes, líderes da Casa preferiram fatiar o projeto.

Para que o PL 2730/2019 vá à frente, o deputado Elmar Nascimento (União-BA) precisa apresentar um novo relatório sobre o texto. O martelo deve ser batido na reunião de líderes desta terça-feira. O projeto é de autoria da deputada Jandira Feghali (P-CdoB-RJ).

O fatiamento foi alinhado por Elmar com o relator do PL das Fake News, o deputado Orlando Silva (P-CdoB-SP). Com isto, membros da oposição, que se posicionaram contra o PL relatado por Orlando Silva, passaram a se mostrar "mais abertos" ao diálogo.

Artistas têm se mobilizado e pedido a votação do projeto o quanto antes: atualmente, a remuneração dos **direitos** autorais é feito por meio das gravadoras. A classe defende que o pagamento deve ser feito por meio de uma "gestão coletiva".

Entidades relacionadas à mídia também defendem a criação de critérios para a remuneração do conteúdo jornalístico veiculado na **internet**.

# Compositor busca justiça em ação de direitos autorais contra Gustavo Lima e Cristiano Araújo

SPLASH

Sandro Anderson de Campos Lemes, um compositor de Várzea Grande, está no meio de uma batalha legal contra Gustavo Lima, o espólio do cantor Cristiano Araújo, a EMI Songs do Brasil e outros. Ele busca indenização e pagamento de **direitos** autorais por uma versão que fez de uma música utilizada pelos processados.

Em 2002, Sandro compôs uma versão em português da música "Making love out of nothing at all", de autoria de Jim Steinman, intitulada "Você mudou". Após apresentar a canção à dupla sertaneja "Ouro Preto e Boiadeiro", Geraldo César Alves (Boiadeiro) passou a ser coautor da obra, já que foram feitas mudanças na composição.

Publicidade Não foi possível carregar anúncio

Anos depois, a produção do cantor Cristiano Araújo entrou em contato com Sandro e Geraldo para incluir a música no álbum "Efeitos". Foi solicitado aos coautores que assinassem uma autorização cedendo o direito de gravar o CD e DVD do cantor, afirmando que isso "traria muita visibilidade e reconhecimento para a canção".

Em fevereiro de 2012, foi firmado o "Contrato de cessão de **direitos** autorais sobre versão de obra original" com a EMI Songs do Brasil. No entanto, com o passar do tempo, Sandro entendeu que foi induzido ao erro, pois o contrato não limitava a cessão para a gravação da obra, "mas sim uma cessão total de di-

reitos patrimoniais da canção que ele compôs".

O compositor afirmou que, quando assinou o contrato, não tinha conhecimento técnico sobre as cláusulas contratuais e por isso acredita que houve má-fé da outra parte. Com base nisso, pediu a suspensão ou interrupção de qualquer execução da obra enquanto a situação não for regularizada, assim como quer a nulidade do contrato e o pagamento de indenização pelas perdas e danos e dos **direitos** autorais devidos.

Ao analisar o pedido, o juiz Luis Otávio Pereira Marques pontuou que, neste momento, não há qualquer evidência que comprove as alegações do compositor. Também considerou que não há perigo de dano, já que o contrato foi firmado em 2012 e a ação proposta em 2022, sendo que durante este tempo ele tinha conhecimento da reprodução e divulgação da música.

O magistrado indeferiu apenas o pedido de tutela de urgência e designou uma audiência de conciliação entre as partes. O processo ainda não teve conclusão.

Esta batalha legal destaca a importância dos **direitos** autorais na indústria da música e a necessidade de clareza e transparência nos contratos de cessão de direitos. É um lembrete para todos os compositores e artistas de que devem entender completamente os termos de qualquer contrato antes de assiná-lo.

Confira mais notícias sobre música sertaneja no Movimento Country com Hedmilton Rodrigues

## Projeto das fake news é avanço no combate à desinformação, dizem debatedores

### NOTÍCIAS

Durante audiência pública promovida pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) parlamentares, jornalistas, especialistas em comunicação e conselheiros defenderam a aprovação do projeto de lei voltado ao combate às fake news. Eles consideram a proposta como um passo importante no combate à desinformação e ao aumento de ataques e intimidações aos jornalistas no país. O debate desta segunda-feira (7) foi coordenado pelo presidente do CCS, Miguel Matos.

#### Autoridade reguladora

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que é relator do projeto que trata das fake news (PL 2.630/2020), que foi aprovado em 2020 pelo Senado e ainda em análise na Câmara, considerou importante que o conselho avance em dois pontos de discussão, visando as medidas para combater discurso de ódio e desinformação e na regulamentação do uso da Inteligência Artificial (IA) nas plataformas digitais. Ele afirmou que o projeto preserva três pilares importantes: a liberdade de expressão, mecanismos para transparência dos serviços e a alteração do regime de responsabilidade das plataformas. O deputado apontou como um dos impasses para a aprovação da matéria, a falta de consenso sobre quem deverá fiscalizar as medidas previstas no texto.

- O que está pendente na Câmara dos Deputados é definir a estrutura regulatória. Quem poderia acompanhar, supervisionar a aplicação da lei. A proposta inicial criava a entidade autônoma de supervisão, que foi criticada no ambiente da Câmara dos Deputados. Alguns colegas defendem que a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] seja reconfigurada e assumas essas atribuições, outros colegas aderiram à proposta do Sistema Brasileiro de Regulamentação, que nos foi apresentada pela Comissão de Direito Digital, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados

(OAB). E neste instante nós debatemos com o presidente [da Câmara] Arthur Lira. Tivemos um encontro na última quinta-feira, para avaliar, inclusive, esses cenários - disse Orlando Silva, que tem a expectativa de que o projeto seja votado ainda neste segundo semestre.

O superintendente-executivo da Anatel, Abraão Balbino e Silva, destacou que o debate de regulamentação do ecossistema digital já está acontecendo no mundo inteiro, e que são levadas em conta premissas como o direito do cidadão, o combate à desinformação e a segurança digital. Segundo ele, 18 dos 27 estados que compõem a União Europeia já definiram que o organismo que vai fiscalizar é o regulador de telecomunicação ou regulamentador digital. Ele informou ainda que, em razão do vácuo na legislação, a Anatel tem recebido grande parte de reclamações e questionamentos sobre o funcionamento de plataformas digitais e streams.

- Todos os processos de comunicação social também evoluíram nesse ambiente e ele evoluiu numa perspectiva em que é necessário a reflexão sobre as responsabilidades, os direitos, a questão da transparência. Principalmente, nós não temos que falar em cercear a liberdade de expressão do cidadão. O cidadão, as pessoas comuns, as corporações têm que ter sua liberdade garantida. O que é importante mencionar é que nós entendemos que há uma necessidade de uma regulamentação de processos e, especialmente, com o olhar sobre os modelos de negócio para que essa garantia de direito seja mantida, mas ao mesmo tempo, haja uma responsabilidade em algumas etapas dessa cadeia de valor de modo a permitir que incentivos ruins de disseminação de conteúdos danosos, esses incentivos sejam tratados.

Campanha desinformativa

Continuação: Projeto das fake news é avanço no combate à desinformação, dizem debatedores

Por outro lado, alguns participantes e conselheiros questionaram a capacidade da Anatel de assumir esse papel de fiscalização e aplicação da possível futura lei, como ressaltou Maria José Braga, representantes dos jornalistas.

- Não existe aqui entes naturais. Tudo o que se trata de tecnologia, tudo o que se trata de construção humana são questões técnicas e políticas. Então se algum órgão existente, a Anatel, hoje tem sido procurada, é pela ausência de outros organismos. Isso não dá aí uma prerrogativa de naturalidade para a sua atuação também na área da regulamentação das plataformas.

O representante de Coalizão Direitos na Rede, Jonas Valente, criticou o comportamento das plataformas digitais no Brasil que, segundo ele, não vêm colaborando com o avanço das tratativas para a regulamentação do setor, inclusive patrocinando campanhas de desinformação. Na sua avaliação, o impasse sobre a criação da autoridade nacional para fiscalização da aplicação de lei foi alvo desse ataque ao indicar que seria uma autarquia de governo e não de estado.

- Infelizmente esse debate foi contaminado, mais uma vez, por uma campanha desinformativa que tenta associar que isso seria feito pelo governo, quando não era isso que estava proposto no projeto. E do nosso ponto de vista a gente entende que, se houver uma instância participativa multissetorial deliberativa, você garante que diversos segmentos possam estar ali construindo sínteses, tomando as decisões políticas para detalhar os regramentos da lei e ao mesmo tempo fiscalizando essa autoridade que vai fazer a implementação dessa lei - disse Valente, criticando a campanha das big techs contra o projeto das fake news.

## Conteúdo jornalístico

O deputado Orlando Silva informou ainda que está sendo feito um processo de articulação junto aos veículos de comunicação, plataformas digitais e par-

lamentares para que os dispositivos referentes ao **direitos** autorais e pagamento de conteúdo jornalístico pelas plataformas sejam inseridos em outro projeto de lei, por se tratar de um tema mais complexo e que demandaria mais discussão.

Essa possibilidade foi defendida pelos debatedores também. Na opinião da jornalista Paula Miraglia, diretora-geral do Nexo Jornal, é preciso ter como base um ecossistema de mídia que seja plural, forte, diverso e sustentável. O cenário atual, conforme explicou, demonstra uma grande "dependência da indústria de mídia das plataformas digitais". Ela disse ser preciso definir critérios de remuneração do conteúdo jornalístico a partir da definição do que é jornalismo, garantindo equilíbrio e sustentabilidade não apenas para os grandes grupos de mídia, mas também para os médios e pequenos produtores de conteúdo de qualidade. Neste sentido, ela considera um erro definir critérios que levem em consideração apenas a quantidade de cliques e audiência.

- É preciso que as plataformas remunerem os produtores de conteúdo, os meios de comunicação porque elas ganham dinheiro por meio do nosso trabalho. Elas têm receita a partir daquilo que é produzido pelas empresas de comunicação. Então nada mais justo que elas nos remunerem em função disso. Os mecanismos de busca não existiriam se eles não fossem povoados por conteúdos produzidos pelas empresas de comunicação, pela indústria da mídia de uma maneira geral, pelas organizações de jornalismo.

## Imunidade parlamentar

Outra preocupação levantada pelos debatedores foi em relação do dispositivo do PL 2.630/2020 que estende a imunidade parlamentar para o ambiente digital. O diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS), Carlos Affonso de Souza, defendeu um ajuste de redação no projeto para que as plataformas tenham a responsabilidade de moderar os conteúdos de parlamentares que even-

Continuação: Projeto das fake news é avanço no combate à desinformação, dizem debatedores

tualmente estejam em desacordo com as regras da eventual lei, como a veiculação de conteúdo de desinformação.

- A preocupação aqui é como esse dispositivo será interpretado. Porque na medida que se estende a imunidade parlamentar material, que é aquela que impede a responsabilidade civil e penal do parlamentar pelas suas palavras, pelo exercício do seu mandato. Quando se faz essa apropriação para as redes sociais surge a dúvida: será se essa redação impede as redes sociais de moderar conteúdos postados por parlamentares? Será que dessa maneira eu acabo anulando uma parte importante do PL 2630 que é o estabelecimento de regras que tornam a moderação de conteúdos mais clara, mais transparente, mais informativa? - observou Souza.

## CCDD

Para o senador Eduardo Gomes (PL-TO), presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) no Senado, o Congresso Nacional precisa levar em consideração as mudanças proporcionadas pelo ecossistema digital, no sentido de garantir a li-

berdade de manifestação e também proteger o cidadão. Ele disse que o Conselho de Comunicação Social e a CCDD podem trabalhar em conjunto em relação à regulamentação das plataformas digitais.

- Reforçamos nosso compromisso com o que estamos vivendo hoje de se estabelecer convivência, parâmetros, para o trabalho da imprensa, mas também para a proteção do cidadão. Assim como na vida pública [...], as distorções sempre existem, então que haja uma proteção constitucional, normal, cidadã ao jornalista e que haja ao cidadão o direito de questionamento, de discussão, principalmente sobre aquilo que o deputado Orlando Silva relata com relação a fake news e toda dificuldade que a gente encontra quando o cidadão e os jornalistas encontraram novas formas de viver, novas plataformas, novos desafios - disse Gomes.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



## Relator do PL das Fake News diz que órgão fiscalizador será definido por negociação entre líderes partidários - Notícias

### NOTÍCIAS

Ciência, tecnologia e Comunicações

Relator do PL das Fake News diz que órgão fiscalizador será definido por negociação entre líderes partidários

Orlando Silva afirma que vai apresentar novo parecer ao projeto após a votação de proposta sobre o pagamento de **direitos** autorais e conteúdos jornalísticos

0

Comentários

07/08/2023 - 19:15

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Orlando Silva falou em audiência do Conselho de Comunicação Social

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator na Câmara do Projeto de Lei 2630/20, conhecido como PL das Fake News, afirmou que o Colégio de Líderes vai definir a estrutura regulatória, ou seja, o órgão que vai supervisionar as medidas previstas na proposta. Segundo ele, esse é um dos pontos pendentes para a apresentação de um novo parecer à proposta, que tramita em regime de urgência e, conforme acordado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (P-P-AL), deverá ser votada ainda neste semestre.

De acordo com o relator, a criação de uma entidade autônoma de regulação, prevista inicialmente, foi criticada por alguns deputados. Outros defendem que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) assumirá a atribuição, e há ainda aqueles que aderiram a uma proposta da Comissão de Direito Digital da Or-

dem dos Advogados do Brasil (OAB) de criação de um sistema regulatório para supervisionar a aplicação das previsões do texto.

"Nós debatemos com o presidente Arthur Lira, tivemos um encontro na última quinta-feira, para avaliar inclusive esses cenários, a definição será feita no Colégio de Líderes sobre o melhor arranjo", disse Orlando Silva.

As declarações foram dadas em audiência pública sobre o tema desinformação, promovida pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional, nesta segunda-feira (7).

### **Direito** autoral

Orlando Silva acrescentou que Lira sinalizou aos líderes que deverá haver até quarta-feira (9) novas rodadas de negociações com empresas de radiodifusão e lideranças do campo da cultura, para aprofundar a discussão sobre proposta da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) de modernizar o **direito** autoral (PL 2370/19).

A ideia é ajustar a Lei de **Direitos** Autorais (Lei 9.610/98) para abarcar as plataformas digitais e introduzir mecanismo de remuneração de conteúdos jornalísticos. Conforme ele, se esta negociação for bem sucedida, terá sido vencido um item controverso do PL das Fake News - a remuneração dos conteúdos jornalísticos - , que era "um fato de tensão e entrave para a tramitação da proposta".

O relator afirmou que nesta semana, após essa negociação, poderá apresentar um novo parecer ao PL 2630/20 e o entregará para conhecimento do Conselho de Comunicação Social. O presidente do Conselho, Miguel Matos, elogiou a iniciativa.

Continuação: Relator do PL das Fake News diz que órgão fiscalizador será definido por negociação entre líderes partidários - Notícias

## Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Abraão Balbino disse que Anatel está apta para assumir novas funções

### Pilares da proposta

Orlando Silva explicou aos conselheiros que a proposta tem alguns pilares. O primeiro é a liberdade de expressão, com possibilidade de o usuário apresentar recurso contra a moderação de conteúdo feita pelas plataformas, se entender que a liberdade de expressão foi tolhida.

Outro pilar seria a transparência, com regras atribuídas para as plataformas.

O terceiro pilar seria a alteração no regime de responsabilidade das plataformas, que terão o dever de cuidado com conteúdos potencialmente ilegais e de análise de riscos sistêmicos. Quando houver notificação e omissão em medidas para mitigar riscos sistemáticos em relação a esse dever de cuidado, as plataformas poderão ser responsabilizadas pelos conteúdos divulgados - o que não ocorre hoje.

O relator destacou ainda as mudanças na abrangência das regras feitas em relação ao texto aprovado pelo Senado. "Nós saímos de empresas que têm 2 milhões de usuários para empresas de grande porte, que têm 10 milhões de usuários", informou. "Aqui, o objetivo é proteger empresas entrantes no mercado brasileiro, proteger até mesmo startups", completou.

Ele acrescentou que também foi criado o conceito de contas de interesse público, com obrigações específicas.

### Visão da Anatel

O superintendente-executivo da Anatel, Abraão Balbino e Silva, disse que, dos 27 Estados que compõem a União Europeia, 18 já definiram que o órgão regulador para as plataformas digitais será o mesmo ór-

gão regulador da área de telecomunicações ou comunicações, e os demais estão em processo de definição.

Ele considera a ampliação das atribuições da agência como "natural" diante da evolução tecnológica. "Nos colocamos institucionalmente como organismo apto a fazer esse processo caso o Congresso Nacional assim o entenda", afirmou.

### Remuneração de conteúdos jornalísticos

Para a diretora-geral do Nexo Jornal, Paula Miraglia, é preciso garantir a sustentabilidade dos veículos de mídia de forma que a independência deles também seja preservada. "É preciso que as plataformas remunerem os conteúdos e os meios de comunicação, porque elas ganham dinheiro por meio do nosso trabalho. Elas têm receita a partir do que é produzido pelos meios de comunicação, assim nada mais justo que elas nos remunerem em função disso", defendeu.

Na avaliação dela, é preciso regular as plataformas, porque a autorregulação tem sido insuficiente.

Paula Miraglia destacou ainda que a tentativa constante de desqualificar veículos de mídia e jornalistas é uma forma de se atentar contra a liberdade de expressão, assim como o assédio judicial utilizado para intimidar os meios de comunicação e os jornalistas.

### Imunidade parlamentar

Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS), Carlos Affonso de Souza elogiou o fato de o PL 2630 equiparar as redes sociais e os aplicativos de mensageria a meios de comunicação social no que se refere à aplicação da legislação que trata de abusos dos meios de comunicação.

"A redação do PL 2630 já avança em um ponto que me parece bastante importante, que é reconhecer a jurisprudência do TSE, que recentemente vem apli-

Continuação: Relator do PL das Fake News diz que órgão fiscalizador será definido por negociação entre líderes partidários - Notícias

cando às redes sociais o mesmo tratamento dado aos meios de comunicação historicamente na aplicação da Lei Complementar 64/90 no que diz respeito aos abusos dos meios de comunicação", disse.

Ele defendeu ajustes no item do projeto prevendo que a imunidade parlamentar material prevista na Constituição estende-se aos conteúdos publicados nas redes sociais e serviços de mensageria privada. "A preocupação é como este dispositivo será interpretado", ponderou. "Quando se faz essa apropriação pelas redes sociais, poderia surgir a dúvida: Será que essa redação impede as redes sociais de moderar conteúdos postados por parlamentares? Será que desta maneira eu acabo anulando uma parte importante do PL 2630, que é o estabelecimento de regras que tornam a moderação de conteúdo mais clara, mais transparente, mais informativa?", questionou.

Para Souza, a redação deveria avançar para deixar claro que as plataformas poderão moderar esse tipo de conteúdo, de maneira informada, transparente e seguindo o devido processo legal.

Modelo regulatório democrático

Representante da Coalizão Direitos na Rede, Jonas Valente reforçou a necessidade de regulação das plataformas, que não têm atuado a contento para conter a desinformação, os discursos de ódio e a descredibilização da imprensa. Ao contrário, ele frisou que elas têm atuado para barrar a regulação pelo Congresso Nacional.

Sobre a polêmica relativa ao órgão que vai supervisionar a aplicação das regras, Valente disse: "a Coalizão Direitos na Rede vem defendendo que, para ter uma regulação pública democrática, é fundamental que haja um modelo regulatório público democrático, que envolve instância participativa setorial."

Além disso, salientou que é necessário uma autoridade para fiscalizar a lei e aplicar as sanções quando for o caso. Segundo ele, a instância de participação social também funcionaria para acompanhar o trabalho da autoridade de fiscalização.

Reportagem - Lara Haje Edição - Geórgia Moraes

## Tribunal de Justiça do Rio inaugura hoje a primeira Escola de Mediação de Conflitos do país

*BLOGS*

O TJ-Rio possui hoje cerca de 8 milhões de processos, distribuídos em 90 comarcas. E nos seis primeiros meses deste ano foram recebidos 900 mil novos processos. Uma medida inédita e que poderá diminuir sensivelmente esse número que bate à porta do Judiciário fluminense será dada, hoje, quando será inaugurada a primeira Escola de **Mediação** de conflitos do país, a Emedi. O presidente do TJ-Rio, desembargador Ricardo Cardozo, faz um alerta sobre a importância da escola para, inclusive, não paralisar os tribunais de todo país:

"Nem sempre os conflitos devem ser compostos via

judicial. O tribunal sente a necessidade de capacitar pessoas para atender a essa demanda, que é cada vez maior. De acordo com o CNJ, até maio deste ano ingressaram nos tribunais de Justiça quatro milhões de novos processos. Se nós não fizermos isso, não encontrarmos outros caminhos para a autocomposição de conflitos, o poder judiciário vai implodir", alertou o desembargador.

A escola já firmou convênio com a Secretaria estadual de Educação, onde há inúmeros abacaxis para o Governo do Estado descascar. Vários estados já estão procurando o TJ-Rio para se inspirar no modelo.

## Anatel apreendeu 1,4 milhão de TV boxes e bloqueou 743 endereços piratas

"É uma evolução gradual, um trabalho longo e constante, perene. Esse trabalho tem que ser contínuo, porque nós não vamos acabar com a **pirataria**. Nós vamos tentar diminuir de uma forma mais impactante e tenho certeza de que os resultados iniciais que estamos obtendo já mostram que temos segurança de que estamos no caminho certo", disse o conselheiro. Anatel apreendeu 1,4 milhão de TV boxes e bloqueou 743 endereços piratas

O conselheiro da Anatel Moisés Moreira revelou que já foram realizadas 22 operações contra streaming pirata, que resultaram no bloqueio de 743 endereços de IP (Internet Protocol) e 54 domínios, num esforço que reuniu prestadoras de acesso a banda larga, fornecedores de interconexão de cabo submarino e de interconexão internacional.

Ao participar nesta segunda, 7/8, em São Paulo, do painel "**Pirataria** em xeque: indústria e poder público unidos no combate", durante o Congresso da SET Expo 2023, Moreira destacou as ações da agência iniciadas este ano para bloquear o acesso ao serviço clandestino de conteúdo e das chaves de criptografia relativas a equipamentos de recepção não homologados.

Segundo o conselheiro, apenas na operação realizada em 20 de abril, mais de 500 mil usuários clandestinos foram afetados. Na operação de 28 de junho, 184 prestadoras se uniram para derrubar domínios e endereços de IP que transmitiam programação de TV

por assinatura de forma clandestina.

O conselheiro explicou que a Anatel, em parceria com a Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), está montando na sede da Agência, em Brasília, um laboratório para estudar as TV boxes, a ser inaugurado ainda em agosto. De acordo com o conselheiro, testes demonstraram que os decodificadores clandestinos representam um risco às redes e à segurança dos seus usuários.

"Esses equipamentos nós sabemos muito bem, podem roubar dados; podem ser operados de longa distância, promovendo ataques cibernéticos", disse Moisés Moreira, que defendeu Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional do Cinema (Ancine) nas iniciativas contra a **pirataria** de TV por Assinatura. O conselheiro informou ainda que já foram retiradas de circulação pela fiscalização 1,4 milhão de TV boxes clandestinas, no valor estimado de R\$ 400,8 milhões.

"É uma evolução gradual, um trabalho longo e constante, perene. Esse trabalho tem que ser contínuo, porque nós não vamos acabar com a **pirataria**. Nós vamos tentar diminuir de uma forma mais impactante e tenho certeza de que os resultados iniciais que estamos obtendo já mostram que temos segurança de que estamos no caminho certo", disse o conselheiro.

\* Com informações da Anatel

## MIGALHAS nº 5.659

### AMANHECIDAS

Segunda-Feira, 7 de agosto de 2023 - Migalhas nº 5.659.

Fechamento às 10h52.

"As pedras guardam memórias,

Arcadas arcam lembranças,

Saudade hoje se casa,

Se casa com a esperança!."

Paulo Bomfim

11 de agosto

Na próxima sexta-feira, celebramos o Dia do Advogado. Neste ano, a comemoração tem um gosto especial para a Turma 191 do Largo S. Francisco. De fato, em fevereiro colaram grau os primeiros alunos e alunas cotistas. Conheça a história de um dos acadêmicos. ()

120 anos

Fundado em 1903, o Centro Acadêmico XI de Agosto é a entidade de representação política dos estudantes da Faculdade de Direito da USP. Saudoso da época de estudante, o eterno acadêmico Antonio Claret Maciel Santos relembra a história do Onze e sua participação ativa no cenário nacional. ()

Revisão da lei de cotas

Ministro Barroso solicitou ao governo informações sobre a revisão da chamada lei de cotas. O ministro é relator de uma ação do PV que analisa o prazo de dez anos para revisão da política de ingresso no ensino superior. ()

Júri - Prisão imediata?

STF vai decidir em plenário físico se a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução da pena. Julgamento teve início em plenário virtual e já tinha maioria para permitir execução imediata. Mas, ontem, ministro Gilmar Mendes pediu destaque. ()

Non habemus vínculo

Lei 14.647/23, publicada no DOU de hoje, altera o art. 442 da CLT para declarar que não há vínculo empregatício entre entidades religiosas, instituições de ensino vocacional e seus ministros, membros ou quaisquer outros a eles equiparados. ()

Recursos repetitivos - 15 anos

A lei que instituiu os recursos repetitivos no STJ completará, amanhã, 15 anos de sua entrada em vigor. A norma transformou a atuação da Corte da Cidadania, permitindo que a tese fixada em um único julgamento solucionasse múltiplos processos. Neste tempo, foram proferidos mais de 900 acórdãos em demandas de massa. ()

Ex

TRT da 3ª região garantiu rescisão indireta para trabalhadora ameaçada pelo ex-patrão com quem teve um relacionamento amoroso. Além de rescisão, a trabalhadora conseguiu medidas protetivas garantidas pela lei Maria da Penha. ()

Lei Maria da Penha

A propósito, nesta segunda, a lei 11.340/06, que prevê proteção à integridade da mulher contra violência doméstica completa seu 17º aniversário. Reveja a entrevista com Maria da Penha, mulher que deu início à luta contra a violência doméstica. ()

"Meu filho é um ditador"

Durante audiência do TJ/PE na última semana, o desembargador aposentado Sílvio de Arruda Beltrão disse que foi vítima de armação por parte do próprio filho, que é juiz. O magistrado aposentado, que tem 80 anos, buscava a revogação de sua interdição, e afirmou que o filho apresentou atestados falsos à Justiça, e que não tem Alzheimer, como alegado. "Estou preso por um ditador, que é meu filho." Assista. ()

## Descontrole

Uma petição carregada de ofensas e erros ortográficos foi juntada por advogado em processo que corre na 13ª vara do Trabalho do RJ. Na peça, o advogado diz que o juiz quer fazê-lo de otário, e que o magistrado "vai cair do cavalo". Questiona, ainda, se o juiz vai "defecar pela boca" e "pousar de maluco", e afirma: "não venda sua sentença". ()

## Crimes

Ao ler a petição acima, o juiz observou, para além da "total falta de educação e urbanidade", a gravidade da conduta. Oficiou, portanto, a PF, para apurar suposto crime de ameaça e eventuais outros crimes. Também mandou o caso para MPF, MPT, OAB e corregedoria do TRT-1. ()

## Mais de uma centena

Por indícios de litigância predatória, juíza de Alagoas extinguiu ação de fraude em empréstimo após observar que advogado da autora ajuizou, somente neste ano, 324 processos semelhantes na Justiça estadual. ()

## Turismo

O site de viagens Hurb terá de indenizar e restituir cliente que comprou viagem em 2021 e não foi agendada. ()

\$\$\$

Pensão de servidora não efetiva só pode ter reajustes relativos à inflação. Assim decidiu a 4ª câmara Cível do TJ/AL, ao entender que a mulher não faz jus à paridade, reenquadramento e progressões. ()

## Xii...

Juiz de Belo Horizonte/MG condenou o Facebook por dano moral coletivo, em R\$ 20 milhões, e individual, em R\$ 5 mil, pelos episódios de vazamentos de dados de usuários da rede social, do Messenger e do WhatsApp, que ocorreram em 2018 e 2019. ()

## Migas

1 - TJ/SP - Má-fé: Advogado é multado por ajuizar ação sem autorização da parte. () 2 - TJ/SC - **Direito** de imagem de atleta não é considerado crédito trabalhista. () 3 - Câmara - CCJ aprova exigir certidão criminal negativa a quem cuida de crianças. ()

## Colunas

### Direito Privado no Common Law

Loja nos EUA não aceita pagamento em dinheiro vivo. Isso é admissível no Brasil? Confira a experiência do professor Daniel Dias e entenda. ()

### Migalhas Contratuais

Isabela Fares Matias e Beatriz de Castro Rosa discutem a utilização da inteligência artificial nos contratos de consumo. ()

### Leitura Legal

Sobre o caso da torcedora do Palmeiras, que morreu ao ser atingida por uma garrafa, o promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior questiona: qual modalidade de culpa se enquadra a conduta do agressor? ()

### Papo Jurídico

Você sabia que a prescrição anterior à coexistência de dívidas impede a sua compensação? O advogado Guilherme Galharo Antonietto explica a questão. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## Migalhas de peso

- "Judiciário reforça o entendimento pela inclusão do ICMS na base de créditos do PIS/Cofins", por Fernando Loeser, Priscila Regina de Souza, Bibianna Peres, Thulio Alves e Igor Navarro (Loeser e Hadad Advogados). ()

- "Isenção de imposto de renda para portadores de doenças graves", por Ravi Petrelli Paciornik (Trajano Neto e Paciornik Advogados). ()

- "Do direito de uso do nome social e acesso a banheiro aos empregados transgêneros", por Juliana Cerullo (Ronaldo Martins & Advogados). ()

- "Carf muda de posição e nega crédito de PIS/Cofins sobre o frete de produtos farmacêuticos", por Beatriz Canato (Braga & Garbelotti - Consultores e Advogados). ()

- "Reforma tributária poderá aumentar as desigualdades e onerar ainda mais os pobres", por Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins). ()

- "Estabelecida a cooperação entre a União Europeia e os EUA para a transferência de dados pessoais", por Ana Lúcia Pinke Ribeiro de Paiva, Marcos Rafael Faber Galante Carneiro e Beatriz Camargo Ferreira de Castilho (Araújo e Policastro Advogados). ()

- "Segurança digital: melhores práticas para medição dos resultados decorrentes do treinamento de colaboradores", por Jayme Domingues e Vinicius Muynarski Gonçalves (Opice Blum Advogados As-

sociados). ()

- "Reajuste de mensalidades nos planos de saúde individuais/familiares e coletivos", por Angelica Carlini (FenaSaúde). ()

- "Ata notarial e a sua multiaplicabilidade", por Fernanda de Freitas Leitão (15º Ofício de Notas). ()

- "Ainda há juízes no Brasil", por Adib Kassouf Sad, advogado. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## Semana do Advogado

A lei é clara: conhecimento é poder! Só hoje: desconto especial em todos os cursos da Academia Migalhas. ()

## Webinar

Dia 14/8, às 18h, Migalhas promove o webinar "Nova lei do seguro e transporte rodoviário de carga - mudanças e perspectivas". Paulo Henrique Cremonese e Paulo Sérgio Daniel reúnem-se para debater as inovações trazidas pela nova legislação. Não perca. Inscreva-se! ()

## Baú migalheiro

Há 79 anos, em 7 de agosto de 1944, a IBM - Internacional Business Machines Corporation apresentou sua primeira calculadora eletromecânica automática, conhecida como Harvard Mark I. Foi projetada inicialmente em 1930, pelo pós-graduando em física Howard Aiken, na Universidade Harvard. (Compartilhe)

## Sorteio Especial

Chegaram ao mercado as tão aguardadas edições



2023 dos consagrados "Código Civil e Legislação Civil em Vigor" (Saraiva Jur - 41ª edição - 1.760pg.) e "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor" (Saraiva Jur - 54ª edição - 1.792pg.), de Theotonio Negrão e atualizadas por José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli e João Francisco N. da Fonseca. Participe do sorteio! ()

## Novidades

Pedro Marcos Nunes Barbosa, do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, é autor do capítulo "Os prazos de Insurgência e a Propriedade Intelectual", parte da obra "Trajetórias do Direito Civil: Estudos em Homenagem à Professora Heloísa Helena Barboza", organizada pelos professores da UERJ Vitor Almeida e Gustavo Tepedino (Gustavo Tepedino Advogados). A obra será lançada amanhã, às 17h, no "Fórum Permanente de Direito Civil da EMERJ" sobre "O Direito Civil, os 35 anos da CF/88 e os 20 anos do Código Civil". () A 3ª edição da obra "Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica", da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, de autoria de Alamiro Velludo Salvador Netto, promove uma atualização do tema, tanto em termos doutrinários, quanto legislativos e jurisprudenciais. () Lançada a 2ª edição da obra "A Responsabilidade da Pessoa Jurídica por Atos de Improbidade e Corrupção" (Lumen Juris - 236p), escrita pelo advogado e professor Raphael de Matos Cardoso. No livro o autor se debruça em julgados de ações diretas de inconstitucionalidade e recursos extraordinários com repercussão geral.

## Migalhíssimas

Hoje, Lívia Barboza Maia, do escritório Denis Borges Barbosa Advogados, apresenta palestra "O Uso de **Marcas** nas Redes Sociais", em Natal. A palestra é parte do "IV Encontro Internacional de Fashion Law do RN", organizado pela Comissão de Direito da Moda da OAB/RN, que acontece hoje e amanhã. Advogada mediará, ainda no evento, a mesa "Digital In-

fluencers e Redes Sociais". () Ana Tereza Basilio, da banca Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, participa hoje, às 17h30, da live semanal "Café com Direito, por elas" (). Amanhã, às 11h, Ana Tereza participa do "Treinamento Permanente em Direito Esportivo" pelo YouTube, . Às 17h, participa da abertura do evento virtual "Não à intolerância religiosa". () Machado Meyer Advogados promove, dia 9/8, às 9h, o primeiro encontro da série de webinars "Impactos da Reforma Tributária nos Diversos Setores da Economia", que abordará a "Reforma Tributária no Setor de Energia Elétrica". Os sócios da área tributária André Menon, Camila Galvão, Diogo Teixeira e Fernanda Sá Freire analisarão as principais questões ao redor dos reflexos do texto aprovado nas operações de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, além de expectativas para os próximos meses. () Cescon Barriou Advogados realiza, dia 17/8, às 9h30, em SP, o evento "Questões sobre a Reforma Tributária e o consumo". Participam os sócios Carolina Miguel e Hugo Leal. () De 21 a 26/8, a AIJA - International Association of Young Lawyers realiza seu "Congresso Anual", no RJ. Luana Muniz de Barros, da banca Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados e membro do comitê organizador da associação, participará do evento. O congresso terá como tema "Re-thinking the Law in Four Dimensions". () Sócia do escritório PGLaw, Maria Fabiana Sant'Ana coordena o curso de pós-graduação em "Direito da Insolvência", da EFAE - Escola de Formação em Advocacia Empresarial, que será realizado de forma 100% online. Além da teoria indispensável, o curso aborda questões práticas, com a análise de decisões paradigmáticas e discussões sobre entendimentos da jurisprudência brasileira. Informações, . Dia 2/8, em Recife, Urbano Vitalino Advogados, igc Partners e Mazars realizaram palestras para discutir o mercado atual e principais aspectos das transações de M&A. () Paulo Doron Rehder de Araujo, do escritório SABZ Advogados, participou da "11ª edição do Summer School da Law Schools Global League (LSGL)" onde ministrou o curso "Corporate Law in the Tech-ESG Era: crea-

ting, organizing and regulating ethical, sustainable and innovative business endeavors", em Londres. ()  
Juliana Abrusio, do escritório Machado Meyer Advogados, foi designada diretora do Departamento Jurídico (DEJUR), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A sócia exercerá seu mandato no período de 27/7 a 31/12/23. No dia 3/7, Marlus Arns de Oliveira, de Arns de Oliveira Advogados Associados, participou da primeira "Reunião Conjunta da Diretoria, Conselho e Departamentos" da nova gestão do IAPPR. O SOB Advogados, escritório especializado em contencioso empresarial liderado por Marcelo Sacramone e Gabriel de Orleans e Bragança, anuncia a chegada de seu novo sócio: Hugo Tubone Yamashita.

## Maratona de vagas

Centro de Integração Empresa- Escola - CIEE promove, amanhã, das 10 às 15h, uma maratona de vagas de estágio e aprendizagem em diversas unidades pelo país. Confira! ()

## Arbitragem

Os "Desafios da arbitragem nos contratos de franquia" serão tema de debate no IAB, amanhã, às 10h. O webinar terá transmissão pelo canal TVIAB no YouTube. ()

## Saúde suplementar

OAB/SP realiza, dia 15/8, das 19 às 21h, o evento gratuito "Fraude na Saúde Suplementar". ()

## Direito Processual Civil

Dias 16 e 17/8, às 19h, AASP promove o curso híbrido "Precedentes no Brasil: casos concretos e polêmicas atuais". Concorra a uma vaga-cortesia online! ()

## Mês especial

Neste mês de agosto, a EBRADI - Escola Brasileira de Direito comemora o seu aniversário e o mês do advogado com conteúdos diversos para alunos e condições especiais para os cursos livres, de pós-graduação e MBAs. Confira! ()

## Legítima defesa da honra

O IAB aprovou moção de aplauso à decisão do STF que declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. ()

## Assistência jurídica

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo oferece serviços de assistência jurídica gratuita à comunidade. ()

## Direito Administrativo

PUC-SP promove o curso presencial de especialização "Direito Administrativo". Descontos de até 10%. Inscreva-se! ()

## Gestão de pessoas

A Radar - Gestão para Advogados possui a "Radar Consultoria", que realiza projetos totalmente personalizados de acordo com as suas necessidades. ()

## Viva

Sorteio de obra : A premiada com a obra "Integração regional e harmonização tributária internacional" (Vermelho Marinho - 224p.), de autoria de Moacir José Barreira Banzato, é Eduarda Brenda de Freitas, de Itajaí/SC. ()

## Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AM/Borba

BA/Maracás

CE/Mulungu

PE/Bom Jardim

PI/Ribeiro Gonçalves

PR/Nova Esperança do Sudoeste

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Palmas à barbárie"

IstoÉ Dinheiro

"O homem que conduz a indústria brasileira rumo ao futuro"

Veja

"A maconha nos tribunais"

IstoÉ

"Luxo silencioso"

The New York Times - EUA

"Desire Behind Putin's War: Wider Conflict With West"

The Washington Post - EUA

"Europe gets cold feet on warming"

Le Monde - França

"Féminicides: la vie d'après pour les familles"

Corriere Della Sera - Itália

"Strage di Bologna Il caso De Angelis agita il governo"

Le Figaro - França

"À Lisbonne, la cure de jeunesse de l'Église catholique"

Clarín - Argentina

"El PRO cierra filas en apoyo de Jorge Macri y Larreta se muestra con Lousteau"

El País - Espanha

"Vox ofrece al PP sus diputados sin condiciones y Feijóo lo ve como 'un avance'"

Público - Portugal

"Procuradora do caso Rui Pinto pediu para afastar Judiciária da investigação"

Die Welt - Alemanha

"Historische Struzflut"

The Guardian - Inglaterra

"MPs defy anger over second jobs with outside earnings of £10m"

Continuação: MIGALHAS nº 5.659

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Cenário positivo destrava negócios com estrangeiros"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Brasil não cumprirá meta fiscal em 2024, dizem economistas"

O Globo - Rio de Janeiro

"Em 6 meses, empresas captaram mais no exterior do que total de 2022"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Privatizações voltam ao radar do governo de MG"

Correio Braziliense - Brasília

"Anderson Torres promete falar à CPMI do 8/1"

Zero Hora - Porto Alegre

"Salários de 87% das categorias tiveram ganho real no RS no semestre"

O Povo - Ceará

"Os municípios com maior e menor taxa de homicídios do Ceará"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Caixa atinge R\$ 1 bilhão em dívidas negociadas"

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

4, 12, 13, 14, 17

**Arbitragem e Mediação**

4, 20

**Pirataria**

7, 21

**Marco regulatório | INPI**

10

**Direitos Autorais | Direito de Imagem**

22